

Requerimento

O abandono de edifícios tem sido uma cicatriz no seio das diversas ilhas açorianas, seja esse abandono por falta de investimento, vendas inapropriadas ou mesmo descuido das entidades responsáveis pelos mesmos. O abandono de edifícios públicos ou mesmo privados requerem da atenção das autarquias;

Considerando que o edifício do antigo Hospital da Terceira encontra-se ao abandonado desde a inauguração do novo hospital, em março de 2012.

Considerando que este foi adquirido ao Governo Regional pelo consórcio HAÇOR, como contrapartida no âmbito da parceria público-privada (PPP). Acordado que a infraestrutura tinha como destino a construção de uma zona habitacional.

Considerando, que o consorcio colocou o edificio à venda no mesmo ano, sem informação publica de alguma alteração à zona abandonada. Já se passaram seis anos e o edifício continua abandonado e em total estado de degradação, servindo de habitação para alguns sem abrigo e de refúgio para alguns núcleos de toxicodependentes.

No nosso entender, para além de constituir um atentado paisagístico e ambiental, de todo condenável numa cidade classificada pela UNESCO como Património da Humanidade, constitui um problema de saúde pública, pela utilização por alguns focos de marginalidade. Sendo ainda um local propício para proliferação de ratas e outras pragas.

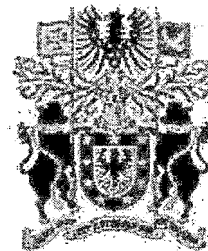
Considerando que esta situação constitui um condenável atentado à saúde pública e ao meio ambiente, devem as entidades responsáveis, Governo regional e Câmara Municipal, tomar medidas concretas e céleres para a solução deste problema, nomeadamente procedendo-se à intimação do proprietário dando-lhe um prazo ou mesmo utilizando o processo de expropriação por interesse público.

Considerando que o Governo Regional tem toda a responsabilidade neste caso do hospital, por não ter definido nenhum plano para o espaço após a transição dos serviços. Na situação em concreto não é aceitável a forma como a região se desembarçou do espaço, desresponsabilizando-se da necessária e urgente solução alternativa.

Assim, a Representação Parlamentar do PCP, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicita ao Governo Regional as seguintes informações:

Existe algum projecto para o terreno?

O governo Regional preveniu o abandono deste terreno?



Qual o caderno de encargos da negociação feita com a HAÇOR?

Qual o acordo feito com a HAÇOR??

Qual é a estratégia de venda do terreno? Qual é o caderno de encargos?

Quais foram as garantias que o Governo Regional realizou contra o abandono do terreno?

Caso não exista interessadas no terreno, qual vai ser a estratégia adotada pelo Governo Regional?

Mesmo que o terreno seja privado, não deveria ser da responsabilidade do Governo Regional garantir que edifícios daquela dimensão não seriam abandonados?

Santa Cruz das Flores, 25 de junho de 2019

O Deputado do PCP Açores



João Paulo Corvelo

